

Portagens nas SCUT poderão atirar 17 mil para o desemprego

31-Mar-2011

«O Governo só tem dois caminhos: ou regride ou assina o atestado de desemprego de 17 mil pessoas e o fecho de 6.800 empresas». O aviso de Ricardo Fernandes, um dos porta-vozes do movimento «Empresários pela subsistência do Interior», que apresentou na última segunda-feira um estudo sobre o impacto da introdução de portagens no tecido económico e social nos distritos atravessados pelas A23, A24 e A25.

O estudo foi feito com base em respostas dadas por 542 empresas dos distritos de Castelo Branco, Guarda e Viseu, representando oito setores de atividade e 22.980 trabalhadores diretos. Entre as principais conclusões destaca-se a estimativa de perda de um número próximo dos 17.100 postos de trabalho «a curto/médio prazo», sendo que a redução é maior de efetivos está prevista para os setores da indústria e do comércio por grosso. O documento prevê também o «encerramento a curto/médio prazo de 6.800 empresas, considerando a totalidade das empresas da região em estudo», bem como o «gasto médio mensal ponderado de 135 euros por trabalhador». No mesmo sentido, «todos os setores de atividade com componente exportação manifestam decréscimo da mesma, por perda de competitividade» que advém do «aumento das matérias-primas e do custo do produto final, ambos associados às portagens». Entre outros fatores, é ainda evocado um «regresso ao passado» pelo acréscimo previsível de acidentes mortais em 70 por cento, em virtude da utilização de vias secundárias/municipais/rurais.

Para António Ezequiel, as projeções do fecho de empresas e do desemprego constituem «dados dramáticos que significam a morte da região». Já Ricardo Fernandes alerta para os «custos sociais» que a introdução de portagens nas SCUT vão provocar, defendendo que «quando os outros ministérios [excetuando o dos Transportes] fizerem as contas dos custos sociais e dos custos económicos para a região, provavelmente vão chegar à conclusão de que vale mais anularem todas as folhas de Excel [com os cálculos dos ganhos] e ficarmos como estamos porque o custo futuro associado é muito superior à situação da cobrança das portagens». O empresário refere que o relatório e contas da Scutvias relativo a 2008 aponta para a circulação de 103 milhões de carros na A23, da qual considera que «o Estado não vai pagar as SCUT», mas sim «ganhar muito dinheiro se eventualmente viesse a portajar estas estradas». Sustenta, por isso, que se estas portagens forem avante «estamos a falar de um novo imposto».

Por seu turno, Luísa Veiga reitera que a decisão da introdução de portagens na A23 e A25 é «totalmente precipitada, sem qualquernexo e sem qualquer estudo, tendo em consideração que nada foi feito no que respeita a uma reanálise do contrato com a concessionária». O movimento já solicitou audiências a todos os grupos parlamentares «para explicar o que se vai passar na nossa região», atendo porque, defende, «é preciso que eles tomem consciência da precipitação e da ligeireza com que esta decisão foi tomada». «Vamos tentar saber afinal de quem é que foi a imposição e quem é que, de um modo aligeirado, quer destruir e arruinar o

interior de uma forma abrupta». Sobre outras formas de luta, o empresário sublinha que «podemos envolver, do ponto de vista jurídico, as forças económicas e sociais da região na tentativa de bloquear esta decisão», lembrando a existência de duas providências cautelares colocadas por vários municípios do Norte, «sobre as quais ainda não houve decisão».

Â

Em:

ointerior.pt

ointerior.tv

Â